



Análise Comparativa da Destinação da Riqueza Gerada pelos Bancos Públicos e Privados

Alessandra Waltrich

UFSC

alessandrawaltrick@hotmail.com

Darci Schnorrenberger

UFSC

darcisc@gmail.com

Resumo

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) trás informações importantes a respeito da responsabilidade social da empresa evidenciando como as riquezas geradas durante o exercício financeiro são distribuídas entre empregados, financiadores, acionistas, governo e outros. A publicação desta demonstração contábil tornou-se obrigatória apenas em 2007 através da lei nº. 11.638 para as empresas de capital aberto. Desta forma, este estudo tem como objetivo central verificar se há diferenças na destinação das riquezas geradas, entre instituições financeiras públicas e privadas. Para tanto, busca-se no setor financeiro, mais especificamente no segmento de bancos, as instituições listadas na BM&FBOVESPA. A amostra final consiste de 10 empresas, sendo 5 de controle acionário privado e 5 de controle acionário público. Os dados foram coletados nas demonstrações publicadas na BM&FBOVESPA nos anos de 2010, 2011 e 2012. Os resultados mostram que as empresas não seguem o mesmo padrão em relação à distribuição do valor adicionado, visto que todos os bancos públicos destinaram maior parte do valor adicionado para pessoal durante os três períodos analisados, já os bancos privados apresentaram resultados divergentes sendo que destes, 3 obtiveram maior distribuição para capitais próprios e os outros 2 para pessoal.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Distribuição de Riqueza. Bancos.

1 INTRODUÇÃO

A eficiência da gestão pública comumente é questionada quando comparada a iniciativa privada. Alguns defendem que isso se dá devido ao fato da gestão pública geralmente priorizar a natureza social à rentabilidade. Como afirmou Werneck (1989, p. 287) “infelizmente, tanto no Brasil como no exterior, ainda há uma convicção muito difundida de que a fonte da ineficiência é simplesmente a propriedade pública”.

Contudo, a importância da função social de uma organização não tem sido suficiente para amenizar as críticas a gestão pública, especialmente, quando se trata de empresas que atuam em mercado e situações de competitividade similares como é o caso das instituições financeiras.



Um importante aliado para evidenciar não só a geração de riqueza quanto a sua destinação foi instituído legalmente em 2007 com a aprovação da lei nº 11.638 a qual alterou e revogou a lei nº 6.404 de 1976, tornando obrigatório para as empresas de capital aberto a publicação da DVA. Assim o artigo 188, inciso II da Lei das S/A, passou a vigorar com a seguinte redação: esta demonstração busca evidenciar a riqueza que foi gerada pela empresa em determinado período e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída e que consequente ficou com os donos.

Esta demonstração preencheu uma lacuna informativa tanto no âmbito social quanto no econômico, pois quando uma empresa se instala em determinada localidade, ela utilizará recursos da sociedade e em contrapartida trará retornos através da geração de empregos, aumento na arrecadação de impostos, contribuindo para a melhoria geral da sociedade. E esta movimentação econômica que a DVA veio demonstrar.

Assim, há o pressuposto inicial de que empresas do mesmo setor de atuação, oferecendo produtos similares e expostas a condições de mercado idênticas podem ter desempenhos e destinos diferentes em função da natureza do seu controle acionário. Mas, será que isso realmente se verifica na realidade? Desta reflexão emerge a pergunta a ser respondida: Há diferenças na destinação da riqueza gerada pelos bancos de controle acionário público e privado?

Desta forma, o objetivo central deste estudo consiste em verificar se há diferença na destinação da riqueza gerada pelos bancos públicos e privados.

Este se justifica, pois tem por propósito contribuir na resposta, cientificamente, a este dilema da eficiência pública versus privada. Isso se dará por meio da análise da destinação da riqueza gerada, evidenciada na DVA, pelas instituições financeiras destes dois setores. No âmbito acadêmico esta pesquisa ganha relevância por se tratar do estudo e análise de um setor da economia, habitualmente não contemplado, nos outros estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Valor Adicionado

De acordo com o CPC 09, valor adicionado é a riqueza gerada pela empresa. É obtido pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros, incluindo o valor produzido por terceiros e transferidos à entidade.

O valor adicionado é calculado de formas diferentes na ciência contábil e econômica. Enquanto na economia a soma dos valores adicionados de um país que representa o seu produto interno bruto (PIB) é calculada com base na produção, a contabilidade por sua vez, baseia-se no conceito da realização da receita, utilizando o regime de competência. (IUDÍCIBUS et al., 2010)

2.2 Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado

O Balanço Social (BS) serve para mostrar que além da obtenção de lucro, a empresa também tem foco no desenvolvimento social, através do comprometimento com a



responsabilidade social. Este demonstrativo afeta no modo como a empresa é vista por seus clientes. (ZARPELON, 2006)

O primeiro balanço social foi divulgado no Brasil na década de 80, pela Nitrofértil (Reis e Medeiros, 2007), mas só em 1997, quando o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) elaborou um modelo único e simplificado de balanço, e o sociólogo Herbert de Souza, iniciou uma campanha pela divulgação voluntária das empresas, a publicação do BS ganhou força. (IBASE, 2013)

Reis e Medeiros (2007) afirmam ainda que na Europa e Estados Unidos o foco do Balanço Social desde sua origem era voltado para a influência das instituições em relação ao meio externo. Já no Brasil, o BS está focado no meio interno, ou seja, salários, condições de trabalho, bem estar social e por último as questões ambientais.

Em relação à DVA, esta representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período (CPC 09).

Entretanto, de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), esta demonstração não é prevista em nenhum pronunciamento do *International Accounting Standards Board* – IASB, mas por sua relevância, é importante que além das companhias abertas que já são obrigadas a evidenciá-la, as demais empresas também a adotem.

Dos aspectos legais que regem a DVA, no ano de 2007 a Lei nº 11.638/07 alterou a Lei nº 6.404/76, no art. 176 o qual trata sobre as demonstrações financeiras a serem elaboradas com base na escrituração contábil, e art. 188 que define as informações que devem conter no demonstrativo.

As orientações para a elaboração constam no documento técnico elaborado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 09, e aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) também estabeleceu procedimentos para a evidenciação das informações contidas na demonstração através da NBC TG 09 (NBC T 3.7), sugerindo modelo semelhante ao proposto pela FIPECAFI (IUDÍCIBUS et al. 2010).

2.3 Geração e Distribuição de Riqueza

A Demonstração do Valor Adicionado é composta por duas etapas distintas com respostas igualmente distintas. Na primeira etapa busca-se responder o montante de riqueza gerada pela entidade e como ela foi formada. Para tanto, trabalha com quatro grupos principais: receitas; insumos adquiridos de terceiros; retenções; e valor adicionado recebido em transferência.

A segunda etapa, objeto deste estudo, consiste na distribuição da riqueza gerada entre os seguintes elementos: Pessoal; Impostos, taxas e contribuições; Remuneração de capitais de terceiros e Remuneração de capitais próprios.

Ainda de acordo com o CPC 09 cada um destes elementos é composto da seguinte forma:

- a) **Pessoal** - é composto dos valores de remuneração direta como salário, 13º, férias, horas extras etc. Também estão inclusos os valores pagos como benefícios com assistência médica, alimentação e transporte entre outros, e o valor referente ao FGTS depositado aos empregados.



- b) **Impostos, taxas e contribuições** – Valores relativos aos impostos federais, estaduais e municipais, assim como taxas, contribuições ao INSS, contribuição social e demais contribuições. Para os impostos compensáveis devem ser considerados os valores devidos ou já recolhidos.
- c) **Remuneração de capitais de terceiros** – Valores pagos aos financiadores externos, tais como juros, aluguel e outras remunerações configuradas como *royalties*, franquia, direitos autorais, etc.
- d) **Remuneração de capitais próprios** – Remuneração dos sócios e acionistas que pode ser distribuída da seguinte forma: Juros sobre capital próprio e dividendos, o qual representa os valores pagos aos sócios e acionistas, decorrente do resultado do período sendo que, devem ser desconsiderados os dividendos distribuídos com base no lucro acumulado de exercícios anteriores. O subgrupo Lucros retidos e prejuízo do exercício é composto pela parcela de lucro destinada à reserva ou no caso haver de prejuízo o valor deve ser incluído com sinal negativo.

Convém destacar que tanto as terminologias quanto o nível de detalhamento de cada um dos “beneficiados” no recebimento das riquezas geradas pelas empresas podem variar de acordo com o setor de atuação ou outras peculiaridades ou interesses da organização, sem no entanto perder o foco na essência.

2.4 Estudos Anteriores

Em virtude da relevância informativa e novidade do tema, ele tem sido objeto de diversos estudos em diferentes setores e períodos. O propósito central dos estudos mais alinhados com o deste, junto com os principais achados encontram-se destacados na sequência visando gerar base para comparação dos resultados obtidos nesta pesquisa.

Um destes estudos traz como enfoque a destinação de riqueza aos acionistas e aos empregados de empresas estatais e privadas, sendo estas são do setor de serviços. Sua amostra é composta por 232 empresas privadas e 196 estatais no período de 1998 a 2002. Os resultados obtidos, de acordo com Chan, Silva e Martins (2007) mostram que na comparação, as empresas estatais destinam maior parcela para seus empregados. Quanto aos acionistas, não houve diferença significativa entre os dois grupos de empresas.

Outra pesquisa encontrada foi desenvolvida por Klöppel e Schnorrenberger (2011), esta trata da geração e destinação da riqueza, mas analisa sua distribuição por todos os segmentos, não apenas a empregados e acionistas. A amostra é composta por 36 empresas que compõem o IBOVESPA nos setores de Construção e Transporte, Financeiro, Materiais Básicos, Telecomunicação e Utilidade pública, no período de 2007 a 2009.

Klöppel e Schnorrenberger (2011) analisaram a geração e distribuição da riqueza de cinco setores, incluindo bancos, no período de 2007 a 2009. Constataram que as instituições financeiras, em média destinavam a maior fatia, 40,8%, para os donos do capital (Capitais Próprios), seguido do grupo de Impostos, Taxas e Contribuições que ficava com 29,0%; Pessoal 25,0% e Remuneração de Capitais de terceiros 5,2%. O enfoque desta pesquisa era no setor independentemente do tipo de controle acionário.



O estudo que mais se aproximou deste, tendo como objetivo a análise de distribuição de riquezas feitas pelas empresas do segmento de bancos da BM&FBovespa, foi o de Rodrigues (2010). A amostra desta pesquisa é composta de 22 empresas, sendo que 15 de controle acionário privado e 7 público. Os dados analisados foram dos anos de 2007, 2008 e 2009.

Em sua pesquisa, Rodrigues (2010), observou que os bancos públicos destinaram em média, 47,0% da riqueza gerada para Pessoal, seguido da remuneração de capitais próprios que representou 29,0%, impostos, taxas e contribuições 23,0% e remuneração de terceiros apenas 1,0%. Já as empresas de controle acionário privado demonstraram direcionar a maior parte do valor adicionado para remuneração de capitais próprios com 41,0%, a segunda maior parte foi para pessoal com uma média de 32,0%, em terceiro a remuneração para governo, ou seja, os impostos, taxas e contribuições 25,0% e finalmente a remuneração de capital de terceiros 2,0%.

3 METODOLOGIA

3.1 Enquadramento Metodológico

Buscando atingir o objetivo do estudo, o qual pretende comparar o desempenho nas empresas do setor público e privado com enfoque na contribuição à sociedade tendo como base a distribuição de riqueza, esta pesquisa é de natureza descritiva.

Segundo Gil (2007), esta forma de pesquisa busca a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relação entre variáveis, utilizando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A fonte de dados utilizados é classificada como secundária, já que os mesmos foram coletados nos relatórios financeiros de cada empresa publicados no *site* da Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA).

As demonstrações financeiras mais recentes, ou seja, de 2013 até o momento da realização deste estudo não foram publicadas por algumas das empresas, portanto serão analisados os dados dos anos de 2010 a 2012, e calculadas as médias aritméticas simples, para posterior análise de resultados.

Em relação aos métodos de abordagem utilizados na pesquisa, estes são classificados como qualitativos e quantitativos. Queiroz (2006) considera que existe de fato uma diferença entre as duas abordagens, porém elas não se excluem, mas se complementam.

O método quantitativo, como o nome já indica, caracteriza-se pela quantificação na modalidade de coleta de informações e no uso de métodos estatísticos para o tratamento destas (Richardson, 1999). Quanto ao método qualitativo, há um enfoque investigativo, com o objetivo principal de compreender o fenômeno, observar e interpretar seus valores e relações (LIMA, 2001).

3.2 População e Amostra

Inicialmente a população correspondia a todas as empresas do setor financeiro, listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, BM&Fbovespa, em 2013.



Como as análises seriam feitas pela média do setor, e para não afetar a proporcionalidade e relevância de cada empresa nos resultados, optou-se por igual número de empresas com controle acionário estatal e privado que apresentassem a Demonstração dos Valores Adicionados nos anos de 2010, 2011 e 2012. Com isso foram selecionadas as seguintes empresas:

Quadro 1 – Composição da amostra

Razão Social	Nome de Pregão	Controle
BANESTES S.A. - BCO EST ESPIRITO SANTO	BANESTES	Estatal
BCO AMAZONIA S.A.	AMAZONIA	Estatal
BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	Privado
BCO BRASIL S.A.	BRASIL	Estatal
BCO ESTADO DO PARA S.A.	BANPARA	Estatal
BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	Estatal
BCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A.	BICBANCO	Privado
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	Privado
BCO SOFISA S.A.	SOFISA	Privado
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	Privado

Fonte: Adaptado do site da BM&FBovespa

Com este procedimento, a amostra final ficou definida com cinco instituições financeira de controle acionário publico e cinco privadas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de dados teve como base a distribuição da riqueza, constante na Demonstração de Valor Adicionado das empresas da amostra. O cálculo dos percentuais distribuídos entre os elementos que contribuíram para a geração de riqueza foi feito a partir da média aritmética dos anos analisados de cada instituição.

4.1 Distribuição do valor adicionado dos bancos de controle acionário público

Os resultados da distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõe este grupo podem ser visualizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição da riqueza gerada pelos bancos públicos

PESSOAL				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BANESTES	37,19%	49,00%	49,97%	45,39%
AMAZÔNIA	44,17%	50,29%	43,27%	45,91%
BANCO DO BRASIL	40,47%	41,75%	45,71%	42,65%
BANRISUL	36,58%	36,24%	40,87%	37,90%
BANPARA	40,61%	39,90%	33,17%	37,89%
Média do Setor	39,80%	43,44%	42,60%	41,95%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BANESTES	30,86%	27,12%	26,92%	28,30%



AMAZÔNIA	31,84%	34,02%	33,24%	33,03%
BANCO DO BRASIL	26,22%	24,48%	22,66%	24,45%
BANRISUL	30,08%	29,08%	27,34%	28,83%
BANPARA	29,38%	18,36%	34,28%	27,34%
Média do Setor	29,68%	26,61%	28,89%	28,39%

REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BANESTES	2,52%	3,67%	3,94%	3,38%
AMAZÔNIA	0,85%	1,43%	1,27%	1,18%
BANCO DO BRASIL	1,67%	1,79%	2,22%	1,90%
BANRISUL	2,00%	1,87%	2,04%	1,97%
BANPARA	0,76%	0,72%	0,78%	0,75%
Média do Setor	1,56%	1,90%	2,05%	1,84%

REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS

Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BANESTES	29,43%	20,21%	19,17%	22,94%
AMAZÔNIA	23,15%	14,25%	22,23%	19,87%
BANCO DO BRASIL	31,64%	31,97%	29,40%	31,00%
BANRISUL	31,34%	32,81%	29,76%	31,30%
BANPARA	29,25%	41,02%	31,76%	34,01%
Média do Setor	29%	28%	26%	27,83%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Na tabela 1, percebe-se que as instituições financeiras públicas destinam a maior parte das riquezas para o segmento de pessoal. O Banco Amazônia foi o que apresentou o percentual mais alto, atingindo 45,91% e a empresa que menos destinou foi o BANPARA com um percentual de 37,89%.

O segundo segmento que mais recebeu riqueza, foi o dos impostos, taxas e contribuições, ficando em média, com 28,39% do total de riqueza gerada. Neste segmento, constata-se uma significativa diferença entre a instituição que mais destinou (banco da AMAZÔNIA, com 33,03%) e o que menos destinou (BANCO DO BRASIL, com apenas 24,45%). Um detalhamento deste segmento poderia elucidar se as razões desta diferença são apenas casuais ou se são decorrentes do fato de uma instituição ser Estadual e outra Federal.

Dos grupos que recebem riquezas, o dos financiadores externos ou capitais de terceiros, foi o que menos recebeu. Apenas 1,84%, na média. Ainda assim, à exemplo dos outros grupos, neste também constata-se diferenças significativas pois, enquanto o banco BANESTES destinou 3,38% para este grupo, o banco BANPARÁ destinou apenas 0,75%.

Quanto à remuneração de capitais próprios esta representa, em média, 27,83% da riqueza gerada pelas instituições públicas pesquisadas. A que apresentou o maior percentual foi a BANPARÁ com 34,01%, e banco da Amazônia, foi quem menos destinou para remunerar os capitais próprios com apenas 19,87%.

Como pode-se perceber, mesmo organizações como controles acionários similares, podem apresentar resultados significativamente diferentes. Estes resultados podem dar indicativos sobre as características de gestão e até de saúde financeira destas organizações.



4.1 Distribuição do valor adicionado dos bancos de controle acionário privado

Os resultados da distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõe este grupo podem ser visualizados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da riqueza gerada pelos bancos privados

PESSOAL				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BRADESCO	27,48%	32,33%	31,68%	30,50%
BICBANCO	24,56%	28,10%	64,83%	39,16%
SANTANDER	31,42%	36,12%	46,84%	38,12%
SOFISA	36,71%	61,86%	52,28%	50,28%
ITAU UNIBANCO	31,60%	31,95%	33,96%	32,51%
Média do Setor	30,35%	38,07%	45,92%	38,11%
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BRADESCO	34,19%	28,33%	30,22%	30,91%
BICBANCO	27,34%	20,83%	13,13%	20,43%
SANTANDER	20,95%	12,52%	7,54%	13,67%
SOFISA	18,35%	5,86%	29,67%	17,96%
ITAU UNIBANCO	31,36%	25,75%	27,98%	28,36%
Média do Setor	26,44%	18,66%	21,71%	22,27%
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BRADESCO	2,05%	2,55%	2,38%	2,33%
BICBANCO	2,27%	3,02%	9,70%	4,99%
SANTANDER	2,83%	3,35%	4,64%	3,60%
SOFISA	1,84%	2,02%	-0,31%	1,18%
ITAU UNIBANCO	2,39%	2,50%	2,62%	2,50%
Média do Setor	2,27%	2,69%	3,80%	2,92%
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS				
Empresa	2010	2011	2012	Média da Empresa
BRADESCO	36,29%	36,79%	35,71%	36,26%
BICBANCO	45,83%	48,05%	12,34%	35,41%
SANTANDER	44,81%	48,01%	40,98%	44,60%
SOFISA	43,10%	30,26%	18,36%	30,57%
ITAU UNIBANCO	34,65%	39,80%	35,44%	36,63%
Média do Setor	40,93%	40,58%	28,57%	36,70%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa



Na tabela 2, percebe-se que a exemplo das instituições públicas, nas privadas o segmento Pessoal, também é o que mais recebe riqueza, 38,11%. Boa parte deste desempenho deve-se ao Banco SOFISA que destinou 50,28% enquanto o banco BRADESCO destinou, apenas 30,50%.

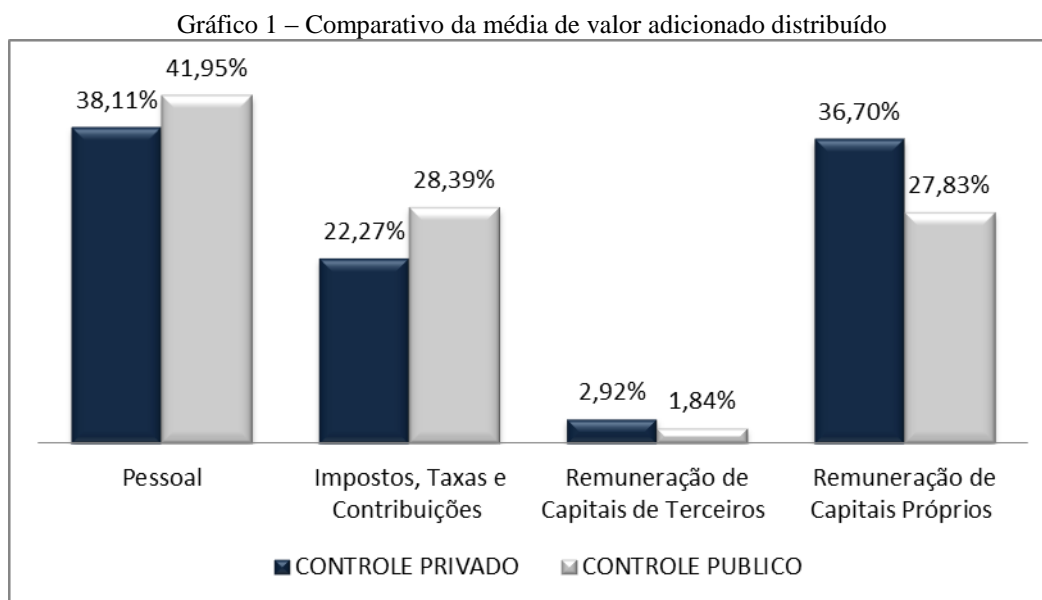
O segmento de impostos, taxas e contribuições, ficou em média com 22,27% do total de riqueza gerada. Constata-se uma significativa diferença entre a instituição que mais destinou (banco BRADESCO, com 30,91%) e o que menos destinou (banco SANTANDER, com apenas 13,67%).

O segmento dos financiadores externos ou capitais de terceiros, foi o que menos recebeu. Apenas 2,92%, na média. Ainda assim, à exemplo dos outros grupos, neste também constata-se diferenças significativas pois, enquanto o banco BICBANCO destinou 4,99% para este grupo, o banco SOFISA destinou apenas 1,18%.

A remuneração dos capitais próprios recebe, em média, 36,70% da riqueza gerada pelas instituições privadas pesquisadas. O SANTANDER destinou 44,60%, enquanto o banco SOFISA destinou apenas 30,57%.

4.3 Análise comparativa entre bancos públicos e privados

Após identificar o comportamento seguido por cada grupo de empresas selecionadas para a realização do estudo, é relevante que se faça a comparação entre os resultados obtidos. Sendo assim, o gráfico abaixo apresenta as divergências entre os grupos através da média de distribuição nos três anos analisados em cada segmento beneficiado:



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

Ao observar o gráfico 1, constata-se que, quando comparadas as instituições públicas e privadas, há destinos diferentes para a riqueza gerada. A área pública destina 41,95% da riqueza



que gera, para remunerar sua força de trabalho ao passo que a iniciativa privada destina 38,11%, ou seja, 9,15% menos.

Do total de riqueza gerada pelas instituições públicas, 28,39% vai para pagar Impostos, Taxas e Contribuições. Na iniciativa privada, este percentual recua para apenas 22,27%, ou seja, 21,56% menor.

Os financiadores externos, representados pelos capitais de terceiros foram em todos os casos analisados, os que menos receberam riqueza. Porém, também há consideráveis diferenças entre eles pois na área pública 1,84% vai para remunerar este grupo ao passo que na iniciativa privada, 2,92%, ou seja, 58,70% a mais.

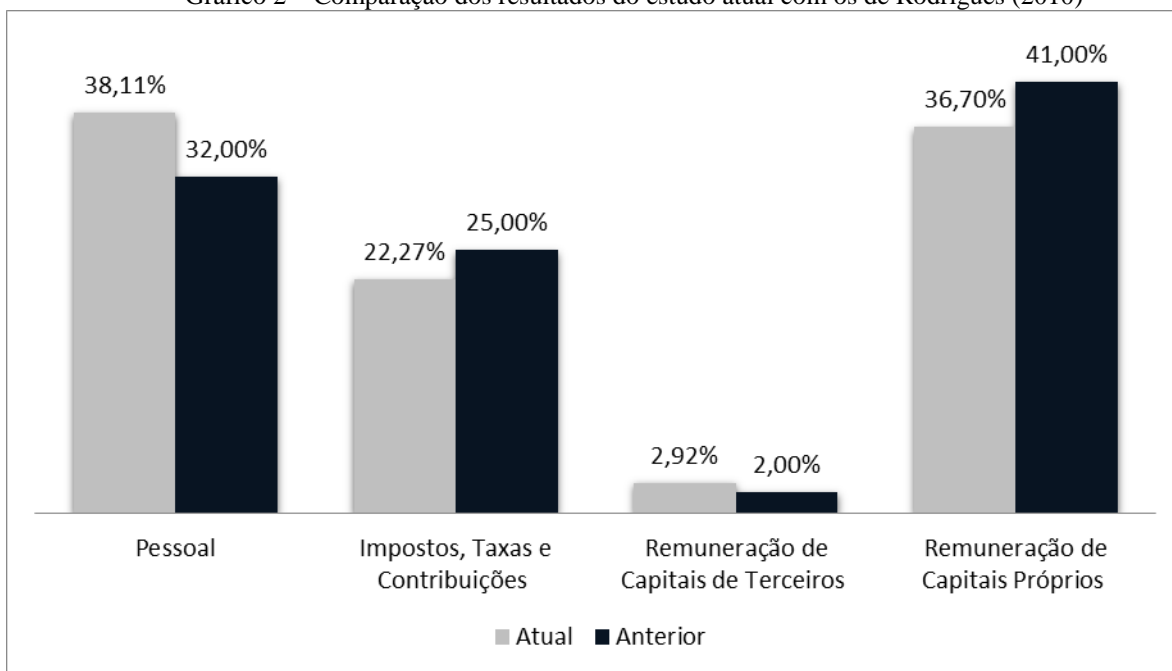
Na remuneração de capitais próprios percebeu-se uma diferença 31,87% maior nas empresas de controle acionário privado (36,70%) do que nas públicas (27,83%).

Esses resultados, de certa forma confirmam a tese de que a iniciativa privada possui foco maior na remuneração dos donos do capital enquanto as instituições públicas, apesar de também buscarem o lucro, possuem o seu foco mais voltado para a coletividade. Isso se verifica quando os bancos públicos destinam mais riqueza, percentualmente, para sua força de trabalho e para tributos que indiretamente reverterão em benefício da coletividade.

4.4 Comparativo entre estudos anteriores

Conforme já discutido no tópico estudos anteriores, o estudo de Rodrigues (2010) se aproxima mais deste fazendo referencia também à comparação das instituições financeiras publicas e privadas, permitindo assim, confrontar os resultados obtidos. O Gráfico 2 traz a análise comparativa dos resultados das empresas privadas, dos dois estudos.

Gráfico 2 – Comparação dos resultados do estudo atual com os de Rodrigues (2010)



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de Rodrigues (2010)



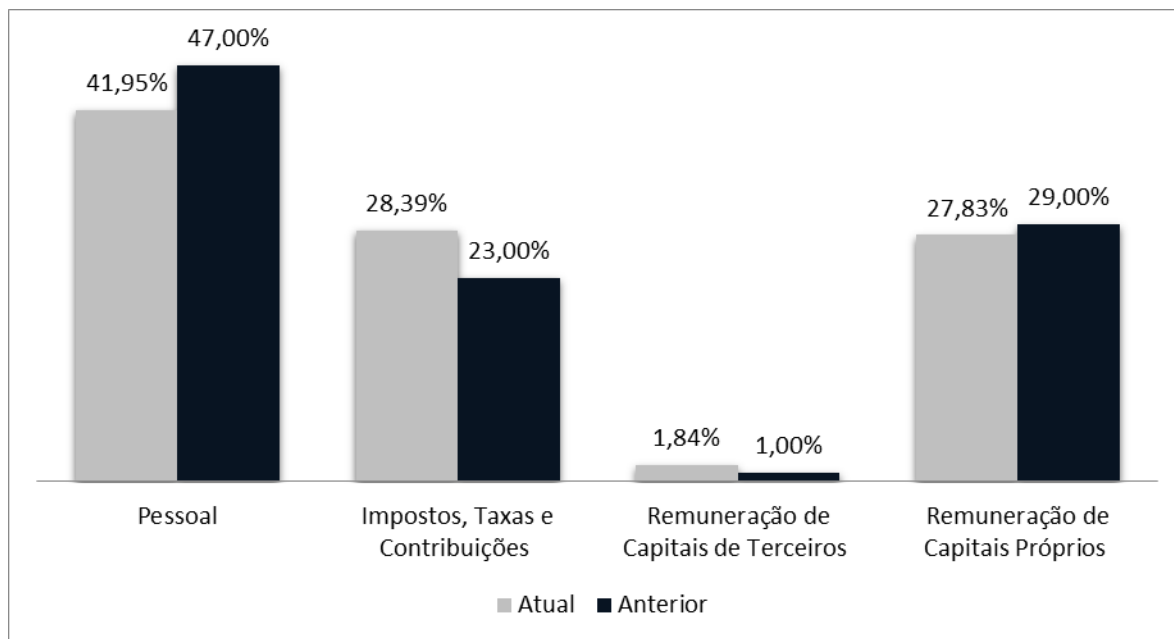
Ao analisar o Gráfico 2, percebe-se algumas diferenças nas médias dos períodos. Porém, deve-se considerar que os períodos analisados não são os mesmos, pois o estudo de Rodrigues (201) analisou os dados de 2007 a 2009 e este, os de 2010 a 2012.

De maneira geral constata-se que as instituições privadas aumentaram o percentual da riqueza distribuída para a força de trabalho e para remunerar o capital de terceiros, diminuindo o percentual destinado ao pagamento de tributos e para os donos do capital.

Esta mudança fez com houvesse uma alteração, no topo da ordem de beneficiados pela destinação do valor adicionado.

O próximo gráfico trás o confronto dos resultados analisados relativos aos bancos de controle acionário público:

Gráfico 3 – Comparativo entre resultados obtidos em estudos anteriores



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de Rodrigues (2010)

A distribuição da riqueza dos bancos públicos, à exemplo do que aconteceu com os privados, também apresentou variações, conforme gráfico 3. Entretanto, estas variações ocorreram de formas distintas.

Enquanto na iniciativa privada houve um aumento do grupo Pessoa, na pública, houve uma redução. Redução também constatada na Remuneração dos donos do capital, a exemplo do que se verificou na área privada. Uma modificação significativa se constatou na destinação para o pagamento de tributos visto que na área pública houve um aumento enquanto na iniciativa privada, verificou-se uma redução.



Em consequência disso a ordem dos beneficiados relativa à distribuição do valor adicionado também ficou diferente da pesquisa anterior, fazendo com que os tributos se tornassem o segundo segmento mais representativo, superando os donos do capital.

Já a pesquisa de Klöppel e Schnorrenberger (2011) tratou de diversos setores da BM&FBOVESPA, inclusive o financeiro, porém a amostra conta com empresas de vários segmentos, não apenas o de bancos. Desta forma, ao selecionar apenas o segmento de bancos se tem 3 deles, sendo 1 público e 2 privados, os quais apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 3 – Resultado de estudo semelhante desenvolvido em 2011

EMPRESA	BANCO DO BRASIL	BRADESCO	ITAU UNIBANCO
Pessoal	40,53%	31,57%	32,10%
Impostos	26,27%	27,00%	29,20%
Capital Terceiros	1,03%	2,73%	2,20%
Capitais Próprios	32,10%	38,70%	36,47%

Fonte: Adaptado de Klöppel e Schnorrenberger (2011)

Estes dados reafirmam o comportamento dos bancos públicos em destinar a maior parte de sua riqueza para pessoal, assim como foi constatado no presente estudo. Por contar com apenas um banco público na amostra, não é possível afirmar que a maior parte das demais empresas seguiria esta distribuição para pessoal.

Todavia, Rodrigues (2010) realizou sua pesquisa utilizando dados das demonstrações no mesmo período que Klöppel e Schnorrenberger (2001), por isso observando os resultados de Rodrigues constata-se que o Banco do Brasil segue a média das demais empresas públicas que fizeram parte da amostra no estudo realizado em 2010. O mesmo acontece com Bradesco e Itaú, os quais acompanham os resultados de Rodrigues e divergem do atual estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou alcançar o objetivo inicial da pesquisa, que foi realizada com 10 empresas do setor financeiro da BM&FBovespa nos anos de 2010, 2011 e 2012, visto que as demonstrações financeiras do exercício de 2013 ainda não foram publicadas por todas os bancos, impossibilitando uma análise mais recente.

Após coletar, calcular e analisar todos os dados foi possível observar que nem todas as instituições financeiras seguem o mesmo padrão de distribuição.

Uma das constatações foi a de que todos os bancos públicos distribuíram a maior parte da riqueza gerada para o segmento Pessoal, em todos os anos analisados. O mesmo não aconteceu com os bancos privados sendo que alguns apresentaram maior destinação para remuneração de capitais próprios, com os seguintes percentuais: Bradesco (36,26%), Santander (44,60%) e Itaú (36,63%). À medida que outros destinaram mais para pessoal, o qual representou os seguintes valores: BicBanco (39,16%) e Sofisa (50,28%).

Para o segmento de governo, em numero de empresas apenas duas das cinco públicas evidenciaram este como sendo maior que os capitais próprios, mas foi o suficiente para fazer com



que no cálculo da média geral, este fosse classificado como o segundo segmento em relação ao valor adicionado distribuído.

Desta forma, pode ser respondida a questão que rege a pesquisa: De que forma é feita a distribuição das riquezas geradas pelas empresas do segmento de bancos de controle acionário público e privado?

A média obtida com os bancos públicos selecionados mostra que a distribuição é feita da seguinte forma: 41,95% para pessoal; 28,39% de impostos, taxas e contribuições; 27,83% com remuneração de capitais próprios e 1,84% capitais de terceiros. Os bancos privados trouxeram as seguintes médias: Pessoal 38,11%; capitais próprios 36,70%; impostos, taxas e contribuições 22,27%; capitais de terceiros 2,92%.

Portanto esses resultados demonstram que nas instituições financeiras públicas os tributos representam valores maiores do que a remuneração de capitais próprios. A remuneração dos trabalhadores, representado pelo segmento de Pessoal é quem recebe a maior “fatia” da riqueza gerada pelas empresas nos dois grupos examinados.

Por fim, todas as empresas da amostra apresentaram a remuneração dos capitais de terceiros como sendo o segmento que menos recebeu riqueza, apesar da sua estrutura de financiamento indicar que ambos alavancam acima de 80% de suas atividades com este tipo de recursos. Talvez este resultado, seja um indicativo de uma das razões pelas quais as instituições financeiras, sendo elas públicas ou privadas, estarem apresentando lucros crescentes, ano após ano.

Conclui-se assim que a questão problema desta pesquisa, a qual consistia em verificar se haviam diferenças na destinação da riqueza gerada pelos bancos de controle acionário público e privado, foi respondida de forma clara alcançando o objetivo principal do estudo.

De forma já esperada comprovou-se a o maior percentual de distribuição para capitais próprios por parte das empresas privadas, superando em 8.87 pontos percentuais a destinação feita por empresas públicas. Outro dado que chama a atenção são os altos valores destinados a impostos taxas e contribuições, feita pelos bancos públicos.

A exemplo do que acontece em todo estudo, este também possui suas limitações e uma das principais, é a validade das conclusões deste estudo, as quais se restringem ao grupo de empresas analisadas e ao período observado.

Como recomendação para estudos futuros esta pesquisa pode ser desenvolvida em outros setores da economia e ter seus resultados cotejados com os deste para ampliar a compreensão tanto sobre a geração quanto sobre a distribuição da riqueza no país por empresa e segmento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm > Acesso em: 02/12/2013.



CHAN, Betty Lilian; SILVA, Fabiana Lopes da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Destinação de Riqueza aos Acionistas e aos Empregados: Comparação entre Empresas Estatais e Privadas.** Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, vol.11, n.4, p. 199–218, 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09.** Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf Acesso em: 02/12/2013

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **CVM edita deliberações referendando Pronunciamentos em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.** Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/infos/press.asp> Acesso em: 06/01/2014

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resoluções e Ementas do CFC: NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.** Disponível em: http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138 > Acesso em: 06/01/2013

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBASE. **Ações Históricas: Balanço Social.** Disponível em <http://www.ibase.br/pt/2011/07/balanco-social/> > Acesso em: 02/12/13

IUDÍCIBUS, Sergio, et al. **MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA:** aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

KLÖPPEL, Fabio Vilson, SCHNORRENBURGER, Darci. **Análise da geração e distribuição da riqueza gerada pelas empresas que compõe o Ibovespa por meio da DVA.** In: V Congresso ANPCONT, 2ª Mostra de Iniciação Científica. 2011. Vitória, ES.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional.** 2001, 317f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. **Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa:** Perspectivas para o campo da etnomusicologia. 2006 (p. 87 - 98)

RODRIGUES, Tiago de Brito; **Demonstração do Valor Adicionado: um estudo sobre o valor distribuído pelas empresas do segmento de bancos da BM&FBovespa.** 2010, 64f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social Das Empresas E Balanço Social:** Meios Propulsores do Desenvolvimento Econômico e Social. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3º Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.



CONGRESSO UFSC *de*
Controladoria e Finanças &
Iniciação Científica em Contabilidade



WERNECK, R. L. F. **Aspectos macroeconômicos da privatização no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico**, 19(2), 277-307. 1989

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social: NBR16.001/SA 8.000**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.